

As Pesquisadoras de Relações Públicas e Comunicação Organizacional no Brasil: a influência da representatividade

feminina na ABRAPCORP¹

Giovanna Puglisi Yoshihara

Centro Universitário Armando Alvares Penteado

Resumo

Este trabalho investiga a influência da participação feminina na pesquisa e no estudo da profissão de relações públicas no Brasil e, na atuação das mulheres na composição dos Grupos de Estudos da ABRAPCORP (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas). O objeto do estudo é a análise de como a presença de mulheres em posições de coordenações de grupo de pesquisa, contribuem para o aumento do número de mulheres pesquisadoras na área, usando o olhar de gênero e o conceito de relações de poder para interpretar a análise de dados secundários. O trabalho examina especificamente a participação feminina nas pesquisas e estudos sobre comunicação organizacional e relações públicas, destacando o papel das mulheres em grupos de trabalho da ABRAPCORP.

Palavras-chave

Relações públicas; estudos de gênero; pesquisa; ABRAPCORP.

Corpo do trabalho

Este documento apresenta um resumo expandido de uma monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendida em dezembro de 2024. A pesquisa investigou a influência da representatividade feminina na ABRAPCORP (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas) e sua relação com a participação de mulheres na pesquisa acadêmica em Relações Públicas e Comunicação Organizacional no Brasil.

¹ Trabalho submetido para Espaço Graduação, atividade integrante do XIX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

As Relações Públicas emergiram no início do século XX, nos Estados Unidos, como uma resposta às transformações nas relações entre capital e trabalho, influenciadas pela Revolução Industrial. Nesse período, o trabalhador tornou-se um agente central de transformação social e econômica. Movimentos sindicais e reivindicações por direitos trabalhistas passaram a pressionar empresas e governos, ampliando a importância de estratégias de comunicação para mitigar crises e construir reputações corporativas sólidas. Esse cenário, aliado à ascensão dos meios de comunicação de massa, como jornais e rádio, ditou os primeiros rumos das Relações Públicas como uma disciplina estratégica. No seu surgimento, a profissão era predominantemente masculina, pois estava ligada às atividades empresariais, jurídicas e políticas, áreas majoritariamente ocupadas por homens no início do século XX, Andrade (1979).

A atividade de Relações Públicas, entretanto, passou a contar com uma presença marcante de mulheres. No entanto, a pesquisa sobre a participação feminina na profissão ainda apresenta uma lacuna significativa, especialmente nos estudos que interseccionam gênero e organizações, como apontado por Sandra Milena Ortega em sua pesquisa de mestrado (2022). Nesta pesquisa, Ortega analisa produções acadêmicas em revistas como *Intercom* e *Organicom*, bem como trabalhos apresentados em eventos como o Congresso da ABRAPCORP, e observa que, embora algumas pesquisas mencionem o tema gênero, a maioria aborda questões mais amplas, como a representação feminina na mídia e o uso de tecnologias por grupos minoritários. Essa ausência de estudos específicos limita a compreensão sobre as experiências das mulheres nesses contextos profissionais e sobre como as questões de gênero se manifestam nas relações organizacionais.

A monografia apresentada aqui, justificou-se pela necessidade de compreender como a crescente participação feminina na área de Relações Públicas tem transformado a produção de conhecimento e a prática profissional. Ao analisar a trajetória da participação feminina na produção científica, buscou-se identificar as contribuições específicas das mulheres para a área e os desafios que ainda persistem. Além disso, a pesquisa contribuiu para o debate sobre a importância da perspectiva de gênero na análise de fenômenos sociais e profissionais.

O uso do termo "gênero" pode ser compreendido como parte da busca por legitimidade acadêmica dos estudos feministas nos anos 1980 (Scott, 1995). Beauvoir (1949), ao longo de seu importante percurso filosófico, demonstrou que a identidade da mulher não é definida por ela mesma, mas sim em relação ao homem e pela perspectiva masculina. Os estudos sobre as mulheres reapareceram na década de 1980 sob o conceito de "estudos de gênero", evitando uma categorização limitada à biologia e ampliando o foco para experiências femininas e masculinas nos contextos políticos, econômicos e culturais.

Diante desse contexto, a pesquisa analisou a presença das mulheres nos grupos temáticos (GTs) da ABRAPCORP entre 2017 e 2023, investigando a hipótese de que GTs coordenados por mulheres tendem a contar com uma participação feminina mais expressiva.

Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, combinando revisão bibliográfica e análise bibliométrica. A revisão bibliográfica contemplou estudos de gênero e a evolução da participação feminina na ciência e no mercado de trabalho. Autoras como Joan Scott (1995), Margareth Rago (2019) forneceram um referencial teórico sobre gênero e poder nas organizações.

A análise bibliométrica envolveu a tabulação de dados dos anais dos congressos da ABRAPCORP entre 2017 e 2023. Foram identificadas a autoria dos trabalhos, a presença de mulheres na coordenação dos GTs e a proporção de participantes femininas. A partir dessa tabulação, foram elaborados gráficos para visualizar padrões de participação e possíveis correlações entre liderança feminina e engajamento de pesquisadoras na área.

Além disso, a pesquisa utilizou relatórios institucionais e dados secundários sobre a evolução da participação feminina em eventos acadêmicos de Relações Públicas. A metodologia foi estruturada para garantir uma análise objetiva e embasada, proporcionando um panorama da representatividade das mulheres no campo acadêmico das RP.

Os resultados confirmaram que a presença de mulheres em cargos de liderança nos GTs da ABRAPCORP esteve associada a uma maior participação feminina nesses espaços acadêmicos. Observou-se que, ao longo dos anos analisados (2017 a 2023),

os GTs liderados por mulheres apresentaram maior estabilidade na participação feminina, enquanto os coordenados por homens apresentaram oscilações mais expressivas.

O primeiro resultado encontrado diz respeito à variação percentual da participação feminina em três diferentes categorias ao longo dos anos analisados: diretoria, coordenação nos grupos de trabalho e pesquisadoras com projetos aprovados nos congressos. Observa-se que a categoria “diretoria” apresentou a maior oscilação, com um crescimento de 23,81% entre 2018 e 2019, seguido por uma queda de 18,75% entre 2020 e 2021. Apesar dessas oscilações, a presença feminina se manteve igual ou superior a 50% em todos os anos, independentemente do cargo, o que indica uma ocupação significativa de espaços por mulheres. A diretoria, entretanto, foi a categoria que mais demonstrou flutuação de gênero, enquanto os cargos de coordenação/vice-coordenação e a participação em pesquisas apresentaram maior estabilidade ao longo dos anos.

A fim de fazer uma análise mais precisa sobre a correlação entre coordenação de GTs e pesquisadores aprovados, colheu-se as seguintes conclusões. Entre os grupos coordenados e vice-coordenados por mulheres nestes anos, destacam-se o GT1 (Comunicação, ética e alteridades...), GT5 (Comunicação intercultural e interseccionalidade) e GT6 (Comunicação digital, inovação e tecnologias). Nesses, o GT5 – cuja temática envolve interseccionalidade – apresentou a maior ascensão da participação feminina. Em contraste, o GT6, relacionado à tecnologia, revelou a maior queda percentual entre os três. Já o GT1 manteve-se como o mais estável ao longo dos anos.

Nos GTs coordenados exclusivamente por homens, nos anos avaliados – GT3 (Discursos, identidades e relações de poder) e GT4 (Relações Públicas, política e sociedade) – os dados apontam uma maior instabilidade. Em 2022, o GT3 apresentou a queda mais acentuada de participação feminina em todo o período analisado, atingindo apenas 52,17% de trabalhos com autoria de mulheres. Esse contraste entre grupos de temáticas similares indica que fatores como estilo de liderança e temas específicos abordados podem influenciar significativamente o engajamento feminino.

Por fim, os GTs com coordenação mista – GT2 (Comunicação, consumo e organizações) e GT7 (Teorias, metodologias e práticas de ensino...) – revelaram trajetórias ambíguas. O GT2 demonstrou estabilidade ou leve declínio, enquanto o GT7 apresentou fortes oscilações, com pico de participação feminina em 2022 e queda drástica no ano seguinte. A comparação entre essas três configurações de liderança sugere que os grupos liderados por mulheres tendem a manter níveis mais elevados e constantes de participação feminina ao longo do tempo.

Outro ponto relevante foi a constatação de que, apesar do crescimento da presença feminina na pesquisa, ainda há desafios estruturais que dificultam sua ascensão a cargos de liderança e maior reconhecimento institucional. Esse fenômeno é semelhante ao observado em outras áreas acadêmicas e profissionais, como demonstram os estudos de Teles (2017) e Kunsch (2015).

Nas considerações finais, concluiu-se que os órgãos e instituições representativas da profissão – sindicatos, conselhos profissionais e instituições de ensino – devem atentar-se à responsabilidade de quantificar e monitorar a representatividade na área, incluindo não apenas a presença de mulheres, mas também de outros grupos historicamente sub-representados, como diferentes raças e etnias. Tal esforço pode contribuir significativamente para a inclusão da diversidade, aplicando dentro do campo da profissão um dos mais importantes papéis desses profissionais: a soma de recursos, talentos e perspectivas de variados públicos, promovendo "a relação entre relações públicas".

Quanto mais informações e mapeamentos forem produzidos, maior será a capacidade de dialogar efetivamente com o público. Como afirmou Carlson (1962): "As relações públicas são, em parte, a história da luta do povo pelo direito de ser ouvido, de ser reconhecido e de ter suas opiniões satisfeitas."

Conclui-se, portanto, que a representatividade feminina na ABRAPCORP é um fator relevante para a participação de mulheres na pesquisa em RP, mas que ainda há espaço para avanços. A promoção de políticas institucionais voltadas à equidade pode consolidar um ambiente acadêmico mais inclusivo e diversificado para futuras gerações de pesquisadores e profissionais de Relações Públicas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de. **Para entender Relações Públicas**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Fatos e Mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4a edição. 1949.
- CARLSON, Eric. A necessidade das Relações públicas. In: JAMESON, Samuel Haig (Org.) **Relações públicas**. 2 edição. Rio de Janeiro: FGV, 1962
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **A produção científica em Comunicação Organizacional Relações Públicas nos programas de pós-graduação no Brasil: identificação, temáticas e tendências**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015
- ORTEGA RESTREPO, Sandra Milena. **Desafios e percalços de mulheres no exercício profissional de Relações Públicas: análise de histórias de vida para entender a desigualdade na profissão**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: **HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.